



Sobre regulação e (algumas) críticas

Num artigo de opinião em exclusivo no Diário Económico, o presidente da ERC explica que é falso que, com as quotas impostas, a RTP passe a ter 50% de informação do Governo e do PS.

O serviço público de televisão está, em muitos domínios, sujeito a escrutínio reforçado relativamente aos operadores privados. É natural que assim seja. Primeiro, porque é serviço público, e isso implica, desde logo, que deva realizar objectivos de interesse público; depois, porque “beneficia” da afectação de recursos, também ele públicos, que garantem o cumprimento das missões que lhe são cometidas. Ora, por motivos fáceis de perceber, o serviço público de televisão está especialmente obrigado a respeitar e a garantir o pluralismo político e o confronto de opiniões nos seus espaços informativos. A Constituição, a Lei, o contrato de concessão de SPT são tão claros sobre o assunto que estarei, suponho, dispensado de enunciar uma enxurrada de normas para convencer o leitor da afirmação.

Tanto estes valores são tidos como muito importantes que, como se sabe, têm sido frequentes as acusações dirigidas por diferentes partidos à RTP, invocando-se, tanto em concreto como de forma mais geral, que esta estará a favorecer o Governo, a sub-representar (ou, pura e simplesmente, a ignorar) um partido, a dar mais tempo de voz a este ou a aquele Ministro ou membro do Governo em detrimento daqueles que contestam as suas teses e propostas, etc.

É certo que, olhando ao que significa o pluralismo político, estamos, aqui, situados num plano mais restrito, do pluralismo político-partidário. Este é fundamental, mas não se identifica com aquele. Portanto, no plano informativo, é tolice (por exemplo) falar a este propósito em informação política, como por aí tenho tido ocasião de ler. A informação política, e nem é sequer preciso alargar demasiado o conceito, envolve, além dos partidos, outros actores, dos sindicatos às associações patronais, passando, entre tantos mais, por muitas outras opiniões relevantes da dita “sociedade civil”, mesmo que não organizada. Por outro lado, não se discute, como é óbvio, que as acusações que acima mencionei - dirigidas contra a RTP - possam ou até “devam” ser proferidas, no espaço público ou através de queixas submetidas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

É falso que a ERC se prepare para lançar um sistema de avaliação similar, aplicável, agora, aos operadores privados SIC e TVI.

Mas, também por isso, justificou-se que a ERC definisse critérios gerais que, doravante, vão ser seguidos na avaliação do cumprimento das obrigações do serviço público de televisão em matéria de garantia do pluralismo político-partidário. Trata-se, por conseguinte, de uma avaliação “independente” de queixa, que não depende de casos concretos.

No documento elaborado para o efeito, disponível no sítio da ERC (www.erc.pt), o Conselho Regulador publicitou critérios de avaliação, tanto “quantitativa” quanto “qualitativa” (por exemplo, o tom ou valência de uma peça, ou seja, se o “protagonista” em causa é apresentado de forma positiva, negativa ou neutra).

Os critérios “quantitativos”, como aliás foi bem notado pelo Professor Manuel Pinto, valem zero, ou muito pouco, se forem lidos de forma isolada e, nessa medida, fora de contexto. Por seu turno, critérios apenas qualitativos, sem nenhuma parametrização quantitativa, podem conduzir a resultados enganadores. E só uma leitura articulada desses dados, assente no bom senso e na convicção de que regular não é igual a somar 2+2, conduzirá a uma avaliação equilibrada e ponderada.

É por isso de estranhar o conteúdo de algumas reacções críticas que foram dadas à estampa e que tiveram como destinatário o documento elaborado pela ERC. Em resposta curta, o seguinte.

É falso que esteja em causa um estímulo à auto-censura dos jornalistas da RTP, pela razão simples de que a avaliação é sempre feita a posteriori e respeita, plenamente, a autonomia e liberdade editorial da RTP. É falso, depois, que o Governo e o PS tenham “direito” a 50% da informação da RTP, porque do que aqui se trata é, como atrás referi, de um contexto político-partidário e governativo. Traduzindo, nesta avaliação só são “contabilizadas” as peças que tenham protagonistas do campo político-partidário e governamental, e não, evidentemente, todas as peças emitidas. Nessa medida, mesmo ficando pelas tais contas do género 2+2 se vê que Governo e PS, ou o conjunto dos Partidos da Oposição, têm “direito”, cada um, a

muito menos do que 50% dos espaços informativos da RTP.

É finalmente falso que a ERC se prepare para lançar um sistema de avaliação similar, aplicável, agora, aos operadores privados SIC e TVI (para pôr nomes às coisas).

Nada mais a dizer, excepto alegações finais.

A crítica, ainda que dura e violenta, é legítima e útil. No entanto, em defesa da instituição que represento, apenas apelo a que neste caso, se leia, pelo menos, o que foi escrito pela ERC. Para ajudar, o ‘link’ que acima deixei.

Post scriptum. Seja-me permitido um desabafo individual, não na qualidade de Presidente da ERC, a propósito de um artigo de opinião publicado neste mesmo jornal, em que Ricardo Costa zur-

ze sem dó nem piedade no documento que acima apresentei nos seus traços gerais. Faz muito bem, está no seu pleno direito. Diz porém a dado passo, entre outras expressões de grande elevação, que “qualquer pessoa que tenha um neurónio liberal desconfia de um documento do Estado com um título destes”; acrescentando, depois, que “se algum leitor conhecer alguém que trabalhe com o Mugabe ou o Chávez mande-lhe o ‘link’ com o ‘site’ da ERC. Eles vão adorar.” Quanto à “graça” sobre Mugabe e Chávez, não comento: e escuso dizer porquê. Mas com franqueza lhe respondo que alguém que tenha um neurónio, unzinho que seja, aceitará que as suas acusações são injustas. E esclareço estar à vontade para o dizer, porque atribuo muitíssimos neurónios a Ricardo Costa (admitindo, até, que nem todos sejam liberais). ■